

GDF promete remédios na quinta

TONINHO TAVARES

MINISTÉRIO PÚBLICO EXIGE A IMEDIATA DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MAIS VERBAS NO ORÇAMENTO DE 2003

Serão necessários dois anos para reverter a prolongada deterioração do sistema público de saúde no Distrito Federal. A previsão foi feita, ontem, pelo novo secretário de Saúde do DF, Arnaldo Bernardino, em reunião no Ministério Público. O ginecologista e obstetra buscou o encontro para relatar a gravidade da crise no setor, que define como "abaixo do fundo do poço".

Apesar da situação, até quinta-feira as farmácias e hospitais públicos já terão alguns medicamentos de alto custo que estão em falta e que vêm sendo cobrados por pacientes, segundo o procurador geral do DF, José Eduardo Sabo Paes. No caso dos remédios não serem encontrados, quem se sentir prejudicado deve procurar a Promotoria de Defesa dos Usuários do Sistema Único de Saúde (Pró-SUS).

A visita ao MP foi o primeiro ato oficial do secretário após tomar posse, ontem,

pela manhã. Na presença de Sabo Paes, o promotor do Pró-SUS, Jairo Bisol, e representantes de entidades médicas, Bernardino buscou uma aproximação para resolver a situação da saúde pública. "Estamos numa guerra e precisamos unir todos na direção do bem-estar e da saúde", afirma.

A conversa foi uma resposta ao ofício encaminhado pelo MP, na sexta-feira, ao governador Joaquim Roriz, manifestando a preocupação do órgão quanto à grave crise do setor. O procurador exigiu no documento a distribuição imediata de medicamentos, manutenção de hospitais e equipamentos, reestruturação do processo de compras da Secretaria, aumento de verbas para 2003 e abertura de canal permanente de comunicação entre os órgãos e sociedade civil.

Para tanto, a nova gestão terá de garantir o fornecimento de medicamentos à população, suprir hospitais com material cirúrgico, substituir equipamentos e reestruturar o sistema de abastecimento das farmácias nos próximos dois anos. "O MP espera tratamento eficiente da questão", reitera José Sabo Paes.

Mas livrar-se da série de ações judiciais impetradas pe-



PROCURADOR José Sabo (E) e o novo secretário Arnaldo Bernardino discutem situação da saúde

lo MP não será tarefa fácil para a Secretaria de Saúde. O orçamento de 2003 do DF destina verbas do Fundo de Saúde para setores que nada tem a ver com a questão. Dos cerca de R\$ 92 milhões previstos, R\$ 12 milhões vão para a Faculdade de Saúde do DF, R\$ 79 milhões para obras de urbanização e R\$ 50 mil para pagamento de inativos do Hemocentro.

O Conselho Regional de Medicina (CRM) quer levar o dinheiro do Fundo ao seu devido lugar. A entidade propõe R\$ 5 milhões para cartões do SUS, R\$ 15 milhões para Saúde Familiar, R\$ 30 milhões para compra de medicamentos e R\$ 30 milhões para obras na rede hospitalar.

Apesar do longo prazo estabelecido por Bernardino

para recompor o sistema público de saúde, alguns remédios de alto custo poderão ser encontrados nas farmácias a partir da quinta-feira, segundo determinação do MP. Para cumprir a demanda, o GDF negocia verbas com o Ministério da Saúde. O dinheiro, que ainda não tem valor definido, sairá de uma conta emergencial do SUS.

Promotoria aprova visita

Para o secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, o encontro de ontem à tarde marcou uma trégua do Ministério Público com o órgão do GDF. O MP tem encaminhado uma série de ações judiciais para garantir o abastecimento de medicamentos à população, além de conduzir uma investigação de suspeitas de superfaturamento na compra de medicamentos e negligência médica em hospitais do DF.

A ida do secretário ao MP foi considerada positiva pelo promotor de Defesa dos Usuários do Sistema Único de Saúde (Pró-SUS), Jairo Bisol, responsável pelas investigações. "Há vontade política do GDF de enfrentar a crise", afirma o promotor.

Bernardino diz que a Secretaria facilitará as auditorias realizadas pela promotoria nas licitações para compra de remédios. E promete trabalhar junto com a Pró-SUS na fiscalização de novas compras. "Queremos transparência em tudo", diz.

A Pró-SUS tem recebido diariamente denúncias de pessoas que dependem de medicamentos de alto custo fornecidos pelo sistema público de saúde, mas que não os encontram nas farmácias. "Se o problema persistir, o paciente deve buscar a Pró-SUS", conta o promotor.

A falta de medicamentos tem sido rotineira no Distrito Federal. O ex-secretário da Saúde, Aloísio Toscano, teve um mandado de prisão expedido contra ele pela morte da estudante, Valdirene Jesus Rocha, no dia 15 de novembro, devido a um câncer de estômago. Ele descumpriu uma intimação que o obrigava a entregar remédios a 41 pacientes com câncer, entre eles a estudante, no prazo de 72 horas.

A morte de Valdirene é um dos casos que pesam contra a Secretaria. "Vamos firmar responsabilidade criminal e administrativa sobre o que aconteceu no passado", afirma Jairo Bisol. O Tribunal de Contas do DF também analisa, em estudo técnico, a transferência indevida de R\$ 40 milhões da pasta da Saúde para a conclusão da Terceira Ponte.